



Assembleia de Freguesia de Amora

MOÇÃO

“A Crise, as Opções do PEC e os seus efeitos sobre o Poder Local Democrático”

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.

Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das Autarquias são objectivos que têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar.

- Encerram Centros de Saúde, urgências e Hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as novecentas (900) anunciadas a somar às duas mil e quinhentas (2500) já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”.
- Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degrada-se o serviço.

No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013 aprovados pelo PS com o apoio do PSD, as opções tomadas penalizam os mesmos de sempre:

- O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA;
- O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;
- A diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas;
- O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;
- O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas;
- Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país.

- 1 – Considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências;
- 2 – Considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6 % no Orçamento de Estado) e o acréscimo de despesas das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências;
- 3 – Considerando que a descapitalização acelerada dos municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais;
- 4 - Considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses;

A Assembleia de Freguesia de Amora reunida em 24 de Junho de 2010 decide:

- **Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.**
- **Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento à populações das consequências destas medidas identificando os seus responsáveis.**
- **Desenvolver o conjunto de outras acções e iniciativas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações.**
- **Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.**

Amora, 24 de Junho de 2010

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora



(Pedro Manuel da Silva Mogárrio)

- ❑ **Moção apresentada pela C.D.U. – Coligação Democrática Unitária**
- ❑ **Aprovada com doze (12) votos a favor e nove (9) votos contra**